



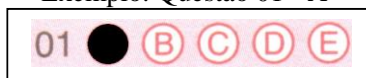
PROVA OBJETIVA 1
ESPECIALISTA DE GOVERNO – AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

NOME: _____
Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente, de maneira legível, os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine no Cartão Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (20 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- **A PROVA OBJETIVA 1 contém 60 (sessenta) questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), valendo 1,00 (um) ponto cada, devendo o candidato obter no mínimo 60% de acerto para ser aprovado.**
- 4- No Cartão Resposta, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- **O Cartão Resposta será o único documento válido para correção e NÃO será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.**
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03h30min. (três horas e trinta minutos)** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão Resposta.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da Prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **03/03/2026**, e o **RESULTADO** a partir do dia **02/04/2026** no Diário Oficial de Bauru.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

*Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Políticas Públicas para Recursos Humanos*

01		31	
02		32	
03		33	
04		34	
05		35	
06		36	
07		37	
08		38	
09		39	
10		40	
11		41	
12		42	
13		43	
14		44	
15		45	
16		46	
17		47	
18		48	
19		49	
20		50	
21		51	
22		52	
23		53	
24		54	
25		55	
26		56	
27		57	
28		58	
29		59	
30		60	



Prefeitura Municipal de Bauru

**Concurso Público para o Cargo de ESPECIALISTA DE GOVERNO –
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sistema Tributário Municipal de Bauru

01) Assinale a alternativa **CORRETA** sobre as alíquotas dos impostos municipais:

A) A alíquota do ISSQN é definida em lei municipal, com alíquota máxima de 5%, aplicando-se as alíquotas previstas em lei complementar federal com relação ao ISSQN cobrado no âmbito do regime especial do Simples Nacional.

B) O imposto sobre bens e serviços (IBS), de competência compartilhada entre Municípios, Estados e União, terá sua alíquota fixada em lei complementar federal.

C) As alíquotas do IPTU e do ITBI não podem ser progressivas, cabendo a progressividade apenas com relação ao ISSQN cobrado no âmbito do regime especial do Simples Nacional.

D) A alíquota mínima do ISSQN é de 2%, sem prejuízo do Município poder criar isenções, reduções de base de cálculo ou crédito presumido que resulte, direta ou indiretamente, carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima.

02) Além dos tributos de sua própria competência municipal, o Município pode fiscalizar e lançar, desde que celebre convênio com o ente federado originalmente competente:

A) O imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA).

B) O imposto sobre operações financeiras (IOF).

C) O imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).

D) Os tributos cobrados no âmbito do regime especial do Simples Nacional, inclusive os tributos federais e o ICMS estadual.

03) Dentre as alternativas, assinale o contribuinte que poderá optar pelo regime tributário do Simples Nacional e apurar e recolher o ISSQN dentro dessa sistemática especial:

A) Sociedade empresária que faturar até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no ano-calendário anterior ao da opção.

B) Empresa de pequeno porte, ainda que constituída sob a forma de sociedade anônima.

C) Empresa de pequeno porte que faturar até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano-calendário anterior ao da opção.

D) Empresa de pequeno porte que faturar até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano-calendário anterior ao da opção.

04) De acordo com legislação tributária bauruense, o Conselho Municipal de Contribuintes:



- A) Tem competência para editar, revisar ou alterar súmula administrativa vinculante.
- B) É órgão composto apenas por agentes fiscais e procuradores municipais.
- C) É órgão julgador de processos tributários administrativos de primeira instância, cabendo recurso administrativo contra suas decisões, a serem julgadas pelo Secretário Municipal de Economia e Finanças.
- D) Tem competência para julgar apenas causas administrativas relacionadas ao ISSQN.

05) A respeito da tributação municipal sobre a atividade de locação de bens móveis:

- A) Incide o ISSQN, de acordo com precedentes do Supremo Tribunal Federal.
- B) Incide o ISSQN e também passará a incidir o imposto sobre bens e serviços (IBS), a partir de 2029.
- C) Não incide o ISSQN, mas passará a incidir o imposto sobre bens e serviços (IBS), quando este tributo entrar em vigência.
- D) Não incide o ISSQN e continuará não incidindo quando entrar em vigência o imposto sobre bens e serviços (IBS).

06) A legislação tributária bauruense:

- A) Não admite que a Administração Tributária reconheça de ofício a ocorrência de prescrição ou decadência do crédito tributário, exigindo requerimento expresso por parte do contribuinte interessado.
- B) Admite a possibilidade de baixa retroativa de inscrição municipal, desde que o contribuinte não tenha débitos em aberto.
- C) Estabelece que a falta de escrituração de pagamentos efetuados caracteriza uma presunção relativa de omissão de receita.
- D) Não prevê a adoção compulsória da jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal - STF e do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

07) Assinale as taxas municipais de fiscalização instituídas e atualmente em vigor no Município de Bauru:

- A) Taxa de iluminação pública (TIP) e taxa de bombeiros.
- B) Taxa única de fiscalização de estabelecimentos (TUFE) e Taxa de iluminação pública (TIP).
- C) Taxa de coleta de lixo doméstico e hospitalar e tarifa de água e esgoto.
- D) Taxa de Ações de Vigilância em Saúde - TAVS, Taxa de Fiscalização de Localização e de Funcionamento – TLF e Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA.

08) Assinale a alternativa **CORRETA** relacionada à base de cálculo dos tributos municipais, de acordo com a legislação tributária de Bauru:

- A) A base de cálculo do ITBI deve corresponder à mesma base de cálculo do IPTU.
- B) As sociedades de profissionais recolherão o ISSQN por cota fixa trimestral, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome das ditas sociedades.



- C) A base de cálculo do IPTU é o valor de mercado declarado nas transações imobiliárias.
D) Por ser um imposto não cumulativo, o ISSQN deverá ser calculado com o abatimento do imposto cobrado nas aquisições de serviços.

Direito Tributário

09) Pessoa jurídica deixou de apresentar declaração do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e, conseqüentemente, também não efetuou o pagamento do tributo devido em decorrência da prestação de serviços. Identificada essa omissão, foi iniciado um procedimento de fiscalização e a empresa em comento foi intimada do recebimento do Termo de Início de Fiscalização. Com a intimação, a empresa, objetivando evitar responsabilização referente à multa moratória, fez o pagamento de todo o Imposto sobre Serviços devido, acrescido de juros de mora antes mesmo da entrega da declaração que, posteriormente, também foi apresentada. Diante da situação anteriormente narrada, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A apresentação da declaração juntamente com o pagamento do tributo não tem o condão de excluir a responsabilidade da empresa por eventuais multas, uma vez que o instituto da denúncia espontânea somente é aceito no ordenamento jurídico brasileiro quando não foi iniciado processo administrativo ou medida de fiscalização.
B) Mesmo com a apresentação da declaração e o pagamento do tributo devido, acrescido de juros de mora, as multas por atraso serão devidas, pois a denúncia espontânea apenas afasta eventual responsabilidade de natureza penal.
C) A apresentação da declaração juntamente com o pagamento do tributo tem o condão de excluir a responsabilidade da empresa por eventuais multas, uma vez que o instituto da denúncia espontânea está previsto na legislação tributária nacional.
D) Com o início do procedimento de fiscalização, não é mais possível à empresa cumprir com suas obrigações tributárias. É necessário aguardar o término da fiscalização.

10) A Certidão Positiva com Efeito de Negativa pode ser emitida quando:

- A) Não existem débitos tributários.
B) Existem débitos tributários, mas estes foram acobertados pela prescrição.
C) Existem débitos tributários, mas a exigibilidade de tais débitos encontra-se suspensa.
D) Existem débitos tributários.

11) Lei Municipal fixou nova base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), tornando-o mais oneroso. Referida lei foi publicada no Diário Oficial do Município em 30 de dezembro de 2025. De acordo com o princípio da anterioridade consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quando poderá ser aplicada a nova base de cálculo fixada:

- A) A partir de 31 de dezembro de 2025, pois a fixação da base de cálculo do IPTU é exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena) e ao princípio da anterioridade do exercício financeiro seguinte.
B) Depois de decorridos 90 (noventa) dias da data em que tenha sido publicada a lei no Diário Oficial do Município, pois a fixação da base de cálculo do IPTU é exceção ao



princípio da anterioridade do exercício financeiro seguinte, mas tem que respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal (noventena).

C) Depois de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a lei no Diário Oficial do Município, pois a fixação da base de cálculo do IPTU tem que obedecer ao princípio da anterioridade do exercício financeiro seguinte e ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena).

D) A partir de 01 de janeiro de 2026, pois a fixação da base de cálculo do IPTU tem que respeitar o princípio da anterioridade do exercício financeiro seguinte, sendo exceção ao princípio da anterioridade nonagesimal (noventena).

12) São causas de exclusão do crédito tributário:

A) Isenção e Anistia, somente.

B) Isenção, Anistia e Compensação, somente.

C) Compensação, Remissão e Anistia, somente.

D) Anistia, Transação, Isenção e Remissão, somente.

13) No que diz respeito às garantias e privilégios do crédito tributário, julgue as assertivas como certas ou erradas:

I. O crédito tributário prefere a qualquer outro, inclusive os créditos decorrentes da legislação do trabalho e os créditos oriundos de acidente do trabalho.

II. A alienação ou oneração de bens ou rendas pelo sujeito passivo que tenha débitos para com a Fazenda Pública presume-se fraudulenta quando se dá após a existência de processo de Execução Fiscal para a cobrança da dívida fiscal.

III. Os créditos tributários que surgirem de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência têm natureza jurídica de créditos extraconcursais.

A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

B) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

C) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

D) Apenas a assertiva III está correta.

14) De acordo com posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 1.184 da repercussão geral:

A) Não está autorizada a extinção de processo de Execução Fiscal de baixo valor, haja vista a primazia do interesse público sobre o interesse privado.

B) Está autorizada a extinção de processo de Execução Fiscal de baixo valor em decorrência da ausência do interesse de agir consubstanciado no princípio constitucional da eficiência administrativa.

C) Está autorizada a extinção de processo de Execução Fiscal de baixo valor, pois, nestes casos, não se deve acionar o Poder Judiciário, cabendo ao credor levar a Certidão de Dívida Ativa a protesto em cartório.

D) Não é permitido o protesto da Certidão de Dívida Ativa.



15) A Súmula 435 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que: “Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente”. A responsabilização do sócio-gerente com fundamento nesta situação contemplada pela Súmula tem como fundamento:

- A) A responsabilidade dos terceiros contemplada no artigo 134 do Código Tributário Nacional.
- B) A responsabilidade dos sucessores contemplada no artigo 130 do Código Tributário Nacional.
- C) A responsabilidade dos terceiros contemplada no artigo 135 do Código Tributário Nacional.
- D) A responsabilidade dos sucessores contemplada no artigo 133 do Código Tributário Nacional.

Contabilidade e Auditoria

16) A empresa Prestadora de Serviços FAZ TUDO Ltda. realiza um acordo comercial para prestação de serviços à empresa GAMA Ltda, pelo valor total de R\$ 12.000,00. O acordo foi firmado no mês de fevereiro de 2025, sendo pago, pela empresa GAMA, R\$ 6.000,00 no mês de março e R\$ 6.000,00 em abril do mesmo ano. Porém, devido problemas com a própria empresa GAMA, os serviços só foram executados e entregues no mês de junho de 2025, o que não alterou o contrato firmado e nem houve alteração nos valores pagos. Considerando o que estabelece o Princípio de Competência dos Exercícios e a CPC 47 – Receita com Contrato com Cliente, a empresa FAZ TUDO deverá reconhecer a receita de:

- A) R\$ 12.000,00 no mês de fevereiro de 2025 quando foi firmado o contrato de prestação de serviço.
- B) R\$ 12.000,00 no mês de abril de 2025 quando houve o último pagamento.
- C) R\$ 6.000,00 no mês de março e R\$ 6.000,00 no mês de abril de 2025.
- D) R\$ 12.000,00 no mês de junho de 2025 quando houve a execução dos serviços contratados.

17) Considerando o que estabelece a NBC TA 240 (R1), quanto a responsabilidade dos responsáveis pela governança da entidade e do auditor, podemos afirmar que:

- A) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração, enquanto o auditor que realiza auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
- B) A responsabilidade primária pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração, porém, após a emissão do parecer, esta responsabilidade passa integralmente ao profissional de auditoria, o qual irá responder integralmente por fraudes ou erros existentes.
- C) A responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração, porém, quando existe um profissional de auditoria, esta responsabilidade passa a ser compartilhada.



D) A principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor que realiza auditoria, enquanto os responsáveis pela governança da entidade e da sua administração é garantir que as demonstrações contábeis, como um todo, sejam elaboradas e publicadas para ciência dos credores e investidores.

18) A NBC TA 500 (R1) define o que constitui evidência de auditoria nas demonstrações contábeis e trata da responsabilidade do auditor na definição e execução de procedimentos para a obtenção de informações apropriadas e suficientes que permitam a obtenção de conclusões razoáveis para fundamentar a opinião do auditor. Esta mesma norma estabelece que:

A) Quando o auditor obtém 75% ou mais de confiabilidade sobre as informações contábeis auditadas, as evidências já são suficientes para suportar as conclusões que fundamentam a opinião do auditor.

B) Evidências de auditoria compreendem as informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões que fundamentam a sua opinião, o que inclui somente as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis.

C) Os registros compreendem os lançamentos contábeis e sua documentação-suporte (cheques e registros de transferências eletrônicas de fundos, faturas, contratos); o livro diário, razões geral e auxiliares; as reclassificações nas demonstrações contábeis não refletidas no diário; e as planilhas de trabalho, que suportem as alocações de custos, cálculos, conciliações e divulgações.

D) Fonte de informação externa é um indivíduo ou organização fora do setor ou departamento contábil e, desta forma, é considerada fonte confiável e as informações obtidas desta fonte são consideradas apropriadas para utilização na conclusão dos trabalhos e emissão do parecer sobre as demonstrações contábeis.

19) De acordo com o que estabelece a NBC TA 240 (R1) – Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, se, como resultado de uma distorção decorrente de fraude ou suspeita de fraude, o auditor encontrar circunstâncias excepcionais que coloquem em dúvida sua capacidade de continuar a realizar a auditoria, este deve:

A) Determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário ou não o auditor informar à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras e considerar se seria apropriado o auditor retirar-se do trabalho, quando essa saída for possível conforme a lei ou regulamentação aplicável.

B) Determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, limitando-se transmitir as informações somente à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria e, jamais, transmitir tais informações às autoridades reguladoras, mesmo tratando-se de fraudes como lavagem de dinheiro ilícito, por exemplo.

C) Determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário ou não o auditor informar à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras, porém, a norma acima descrita estabelece que o auditor não pode retirar-se do trabalho, sob quaisquer circunstâncias.



D) Determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário ou não o auditor informar à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria, porém, jamais transmitir informações às autoridades reguladoras, devido a condição de sigilo profissional e, a NBC TA 240 (R1) estabelece que o auditor pode retirar-se do trabalho caso não tenha desempenhado mais de 50% do trabalho contratado.

20) Uma determinada sociedade empresária apresentou ao final do segundo ano de atividade os seguintes valores em seu Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL	ANO 2024	ANO 2023
ATIVO		
Circulante	R\$ 555.360,00	R\$ 462.800,00
Não Circulante	R\$ 190.740,00	R\$ 146.700,00
Total do Ativo	R\$ 746.100,00	R\$ 609.500,00
PASSIVO		
Circulante	R\$ 220.500,00	R\$ 188.500,00
Não Circulante	R\$ 56.500,00	R\$ 27.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 469.100,00	R\$ 394.000,00
Total do Passivo	R\$ 746.100,00	R\$ 609.500,00

Considerando os valores apresentados pela sociedade, nos Balanços Patrimoniais encerrados nos anos de 2023 e 2024, podemos afirmar que:

- A) O patrimônio desta empresa apresentou um aumento na ordem de R\$ 92.560,00 no ano de 2024 em relação ao ano de 2023.
- B) As obrigações junto a terceiros, chamadas obrigações exigíveis, apresentaram um aumento total de R\$ 61.500,00 no ano de 2024 em relação ao ano de 2023.
- C) As obrigações exigíveis de curto prazo apresentaram uma redução de R\$ 32.000,00 de 2023 para 2024.
- D) Houve uma redução na verdadeira riqueza desta empresa de 2023 para 2024 no valor de R\$ 75.100,00 devido aumentos nas obrigações junto a terceiros.

Economia e Finanças Públicas

21) A respeito do conceito da elasticidade-preço da demanda, analise as afirmativas a seguir:

- I. A elasticidade-preço da demanda mede a sensibilidade da quantidade demandada de um produto às variações de seu preço.
- II. Se a elasticidade for maior que 1, a demanda é elástica, uma pequena mudança no preço causa uma grande mudança na demanda. Se for menor que 1, é inelástica, uma mudança no preço causa uma pequena mudança na demanda.
- III. A elasticidade-preço da demanda é sempre positiva, pois relaciona dois fatores econômicos.
- IV. A elasticidade-preço da demanda é uma ferramenta importante para identificar, por exemplo, produtos nos quais os consumidores são mais ou menos sensíveis ao preço.



Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- A) Todas.
- B) As afirmativas I e III, somente.
- C) As afirmativas I, II e IV, somente.
- D) Somente a afirmativa I.

22) Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos efeitos da política monetária e fiscal no curto prazo.

- A) No curto prazo, em relação à política monetária, quando se efetua um corte de juros estimula-se o consumo e o investimento, aquecendo a economia e reduzindo o desemprego.
- B) No curto prazo, em relação à política fiscal, quando se efetua um corte nos gastos públicos, estimula-se o consumo e os investimentos, aquecendo a economia e reduzindo o desemprego.
- C) No curto prazo, em relação à política monetária, quando se efetua um aumento nas taxas de juros, tende a frear o consumo e a diminuir a inflação.
- D) No curto prazo, em relação à política fiscal, quando se aumenta os gastos públicos, estimula-se o consumo e o investimento, aquecendo a economia e reduzindo o desemprego.

23) Em finanças públicas no que diz respeito à carga fiscal regressiva ou progressiva é **CORRETO** afirmar que:

- A) Em um sistema regressivo, a alíquota do imposto diminui, em termos percentuais, à medida que a base tributável aumenta.
- B) A carga fiscal quando regressiva promove maior igualdade social e redistribuição de renda.
- C) Em relação ao sistema progressivo, o imposto representa uma fatia maior da renda de quem ganha menos.
- D) Em relação ao sistema regressivo, o imposto pesa mais proporcionalmente sobre os que ganham mais.

24) Tributos com natureza fiscal possuem uma única finalidade que é o de arrecadar, obtendo, assim, ganhos aos cofres do Estado. Já os tributos de natureza extrafiscal ultrapassam a natureza meramente arrecadatória, e são orientados, também, por interesses políticos, econômicos, sociais ou ambientais. Dentro desta ótica, assinale a alternativa em que todos os exemplos de impostos possuem natureza prioritariamente fiscal.

- A) ISSQN, IPTU e IPI.
- B) IPI, ITBI e ISSQN.
- C) IOF, ITBI e IPTU.
- D) ISSQN, IPTU e ITBI.



25) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de:

A) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, como também atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

B) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, como também atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias.

C) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, como também atender ao disposto na lei orçamentária anual.

D) Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes, como também atender ao disposto na lei orçamentária anual.

CONHECIMENTOS GERAIS DO DIREITO

Direito Constitucional

26) Quanto ao tema “Classificação das Constituições”, pode-se afirmar que a Constituição Brasileira de 1988 é:

- A) Flexível.
- B) Rígida.
- C) Semirrígida.
- D) Cesarista.

27) Sobre o controle de constitucionalidade é **CORRETO** afirmar que na Constituição Brasileira está(ão) previsto(s) o(s) modelo(s):

- A) Apenas o difuso.
- B) Apenas o concentrado.
- C) Tanto o difuso quanto o concentrado.
- D) Somente o STF pode fazer controle de constitucionalidade.

28) Quanto aos limites do poder de Reforma Constitucional é **CORRETO** afirmar que:

- A) Ele é ilimitado.
- B) Não existem cláusulas pétreas.
- C) Existe somente limite temporal.
- D) A doutrina costuma distribuir as limitações ao poder de reforma em três grupos: temporais, as circunstanciais e as materiais (explícitas e implícitas).

29) Quanto a organização do Estado é **CORRETO** dizer:

- A) O município não tem Lei Orgânica.



- B) A união designa o chamado ente central, que coexiste com Estados, Municípios e Distrito Federal.
- C) A República Brasileira é confederativa.
- D) Estado e Distrito Federal são sinônimos.

Direito Administrativo

30) Dentre os atributos do Poder de Polícia, podemos afirmar que:

- A) A autoexecutoriedade é o meio indireto de forçar o particular ao atendimento da ordem de polícia, sendo vedado compelir materialmente o descumpridor da ordem a executar aquela obrigação.
- B) A faculdade de a Administração Pública decidir e executar diretamente sua decisão, por seus próprios meios, sem a intervenção do Poder Judiciário chama-se exigibilidade.
- C) A discricionariedade está na maioria das medidas de polícia e consiste na livre escolha da conveniência e oportunidade de exercer o poder de polícia, bem como de aplicar as sanções e empregar os meios conducentes a atingir o fim colimado, que é a proteção de algum interesse público.
- D) A coercibilidade é o meio indireto de forçar o particular ao atendimento da ordem de polícia.

31) Qual é o nome do ato administrativo que visa disciplinar o funcionamento da Administração Pública e a conduta funcional de seus agentes, que emana do poder hierárquico?

- A) Ato Negocial.
- B) Ato Ordinatório.
- C) Ato punitivo.
- D) Ato enunciativo.

32) Assinale a alternativa **CORRETA** referente às licitações:

- A) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, na modalidade de pregão, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- B) O princípio da segregação das funções permite a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
- C) A licitação é dispensável quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D) A modalidade licitatória leilão se destina à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, não existindo sigilo das propostas.

33) A *exceptio non adimpleti contractus*, usualmente invocada nos ajustes de Direito Privado, não se aplica, em princípio, aos contratos administrativos quando a falta é da



Administração Pública, podendo, excepcionalmente, o contratado ter direito à extinção do contrato na:

- A) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato em 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
- B) Suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
- C) Repetidas suspensões que totalizem 2 (dois) meses, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
- D) Atraso superior a 30 (trinta) dias úteis, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Direito Civil e Empresarial

34) O Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, consolidando a orientação constitucional, implementou relevantes alterações na disciplina da responsabilidade civil, convertendo em objetiva a responsabilidade em diversas situações antes regidas pela culpa presumida. Diversas situações antes vinculadas à culpa passaram a prescindir da aferição da conduta negligente, imprudente ou imperita do agente ou da violação do dever jurídico, impondo-se a reparação, em homenagem à axiologia constitucional, mesmo diante de danos causados por atos ilícitos. No que concerne à responsabilidade civil, assinale a opção **CORRETA**:

- A) São requisitos da responsabilidade subjetiva: a prática do ato, o nexo de causalidade, o dano e o dolo ou a culpa do agente causador do dano.
- B) O dano emergente compreende aquilo que a vítima efetivamente perdeu e o que razoavelmente deixou de ganhar com a ocorrência do fato danoso. Na reparação desse dano, procura-se fazer a sua extensão e a expectativa de lucro, objetivando-se a recomposição do patrimônio lesado.
- C) Ato ilícito é o que se pratica de acordo com a ordem jurídica, mas que viola direito subjetivo individual, apto a causar dano moral ou material a outrem.
- D) Todo ato lesivo é classificado como ato ilícito.

35) De acordo com o Código Civil, no que diz respeito ao Direito Empresarial, assinale a assertiva **CORRETA**:

- A) Os atos praticados por empresário falido impedido de exercer atividade empresarial terão plena validade em relação a terceiros de boa-fé.
- B) Não é admitida, qualquer que for o regime de casamento, a contratação de sociedade entre os cônjuges.
- C) Ao servidor público federal é vedada a condição de acionista ou cotista de sociedade empresária.
- D) Estabelecimento empresarial é representado pelo local em que o empresário exerce suas atividades.



36) Segundo a doutrina mais moderna, o espólio, segundo o tratamento prático que lhe é conferido, será, quanto a sua natureza:

- A) Pessoa jurídica.
- B) Ente despersonalizado.
- C) Personalidade Judiciária.
- D) Não tem caráter transitório.

37) Em se tratando de tutela do Consumidor, assinale a assertiva **CORRETA**:

- A) As relações trabalhistas podem ser também reguladas pelo Lei de Defesa do Consumidor.
- B) A inversão do ônus da prova ocorrerá em todo processo civil que tenha por objeto as relações consumeristas, não se admitindo exceções, sendo declarada abusiva qualquer cláusula que disponha de modo contrário.
- C) No âmbito do Código de Defesa do Consumidor o princípio da boa-fé objetiva não se aplica à fase pré-contratual.
- D) O consumidor tem direito à efetiva reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

Direito Penal

38) Carlos, servidor público municipal lotado no departamento de licitações da prefeitura, ao analisar um processo de contratação de serviços de pavimentação de vias públicas, percebe que a empresa vencedora apresentou documentação fraudulenta para comprovar sua capacidade técnica. Apesar de ter conhecimento inequívoco da irregularidade e competência legal para impedir o prosseguimento do certame, Carlos deliberadamente deixa de tomar qualquer providência, permitindo que a contratação seja efetivada, motivado por sentimento de comiseração com o representante da empresa, seu conhecido pessoal. Considerando exclusivamente o comportamento omissivo de Carlos e a tipificação dos crimes contra a administração pública, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Carlos praticou o crime de prevaricação, caracterizado por deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, configurando-se o tipo penal pela omissão dolosa motivada por razão subjetiva de índole pessoal, sendo elemento essencial do tipo a demonstração do especial fim de agir consistente em satisfazer interesse ou sentimento pessoal, conforme jurisprudência do STF.
- B) Carlos cometeu o crime de condescendência criminosa, uma vez que, por indulgência e tendo ciência da conduta criminosa praticada por particular, deixou de responsabilizar o infrator ou de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, caracterizando-se pela tolerância deliberada com a irregularidade verificada no processo licitatório.
- C) Carlos incorreu no crime de advocacia administrativa, pois, valendo-se de sua qualidade de funcionário público, patrocinou interesse privado perante a administração pública municipal, agindo de forma incompatível com suas funções ao favorecer indevidamente a empresa contratada mediante sua abstenção deliberada de agir conforme o dever legal estabelecido.
- D) Carlos praticou o crime de facilitação de fraude em licitação, já que sua conduta omissiva facilitou a obtenção de vantagem indevida por particular perante a



administração pública municipal, configurando modalidade específica de crime funcional prevista no ordenamento jurídico brasileiro para situações de omissão dolosa no exercício de função pública relacionada a certames licitatórios.

39) Joana, ocupante de cargo efetivo na secretaria municipal de meio ambiente responsável pela fiscalização ambiental, exige de uma empresa de construção civil, sob ameaça de aplicação de multa administrativa de valor elevado e embargo das obras, o pagamento de quantia em dinheiro para si em troca do arquivamento de processo sancionador que apurava infrações ambientais graves efetivamente cometidas pela companhia durante obra de loteamento urbano. A empresa, temendo as consequências legais previstas e o impacto negativo em suas atividades, efetua o pagamento da vantagem indevida. Diante dessa situação concreta e considerando a tipificação específica dos crimes funcionais contra a administração, assinale a alternativa **CORRETA**:

A) Joana cometeu o crime de corrupção passiva qualificada, pois solicitou e recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública para deixar de praticar ato de ofício, sendo a qualificadora decorrente do emprego de ameaça contra o particular mediante promessa de aplicação de sanção administrativa desproporcional à infração ambiental efetivamente praticada.

B) Joana praticou o crime de concussão, caracterizado pela exigência de vantagem indevida valendo-se de sua condição de funcionária pública e mediante intimidação do particular através da ameaça de aplicação de sanção administrativa, consumando-se o delito com a simples exigência, independentemente do efetivo recebimento da vantagem patrimonial pretendida, conforme entendimento do STJ de que trata-se de crime formal.

C) Joana incorreu no crime de excesso de exação qualificado, pois, no exercício de sua função fiscalizatória ambiental municipal, exigiu o pagamento de valor que sabia indevido para não aplicar penalidade administrativa legítima, prevalecendo-se de sua qualidade funcional para obter vantagem econômica mediante coação moral exercida sobre o administrado fiscalizado.

D) Joana cometeu o crime de extorsão qualificada pela função pública, uma vez que constrangeu a empresa mediante grave ameaça a entregar-lhe dinheiro, sendo a qualificadora aplicável em razão do abuso de autoridade inerente ao cargo público municipal que ocupava e do contexto funcional de fiscalização em que praticou a conduta criminosa descrita.

40) Roberto, servidor público municipal responsável pela administração do almoxarifado da secretaria de obras, tem sob sua guarda e responsabilidade diversos equipamentos e ferramentas pertencentes ao patrimônio municipal destinados à manutenção de vias públicas. Valendo-se de sua função e do acesso privilegiado aos bens públicos sob sua custódia, Roberto subtrai uma betoneira elétrica avaliada em cinco mil reais e a transporta para sua residência, onde passa a utilizá-la em obras particulares de reforma de sua casa, agindo com evidente propósito de incorporar definitivamente o bem ao seu patrimônio pessoal. Considerando exclusivamente os elementos narrados e a adequação típica da conduta aos crimes contra a administração pública praticados por funcionário, é **CORRETO** concluir que:

A) Roberto praticou o crime de peculato-furto, caracterizado pela subtração de bem móvel pertencente à administração pública municipal do qual não tinha a posse em razão do



cargo, mas a ele teve acesso facilitado pela qualidade de funcionário público, configurando-se o tipo penal pela apropriação indébita de patrimônio público mediante abuso da função exercida no almoxarifado.

B) Roberto cometeu o crime de peculato-apropriação, pois apropriou-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público de que tinha a posse em razão do cargo de responsável pelo almoxarifado municipal, consumando-se o delito no momento em que inverteu o título da posse, manifestando inequívoco propósito de ter a coisa como sua, conforme entendimento consolidado do STJ e do STF.

C) Roberto incorreu no crime de furto qualificado pelo abuso de confiança, uma vez que subtraiu bem móvel alheio pertencente ao município mediante fraude consistente no abuso da confiança depositada pela administração pública em sua função de guardião do patrimônio público, não se caracterizando como peculato em razão da ausência de posse legítima sobre o bem subtraído.

D) Roberto praticou o crime de peculato-desvio, já que, no exercício de suas funções como responsável pelo almoxarifado municipal, desviou bem público móvel sob sua administração em proveito próprio, dando-lhe destinação diversa daquela prevista para a utilização regular em serviços de manutenção das vias públicas municipais executados pela secretaria de obras.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as questões **41 a 47**:

O Brasil que Dom Pedro II sonhou e ainda não construímos

Duzentos anos depois, seguimos fortes no campo e frágeis na ciência. Falta ao país o projeto que o imperador já enxergava

Por Gustavo Diniz Junqueira

Em 2 de dezembro de 1825 nascia Dom Pedro II, o imperador que fez do saber um projeto de Estado. Duzentos anos depois, o Brasil vive daquilo que ele intuiu: a força do território, da agricultura e da ciência como fundamentos do desenvolvimento. Mas também padece do que ele temia, a incapacidade de transformar conhecimento em projeto nacional.

Dom Pedro II foi um soberano singular. Poliglota, leitor voraz, curioso das ciências naturais, foi o primeiro chefe de Estado a visitar o laboratório de Pasteur, a financiar a fotografia no país e a investir em pesquisa agrícola. Criou, em 1887, o embrião do Instituto Agrônomo de Campinas, ordenou o reflorestamento da Floresta da Tijuca e estimulou a imigração para povoar e modernizar o campo. Defendia a abolição da escravidão e acreditava que o progresso de uma nação dependia da educação e da ciência, não da retórica.

O Brasil que ele governou ainda era uma promessa. O de hoje é um gigante agrícola, responsável por alimentar o mundo tropical. Tornamo-nos potência em soja, carne, açúcar e café. Mas, paradoxalmente, continuamos pequenos onde deveríamos ser grandes: na pesquisa, na tecnologia e na visão estratégica de longo prazo. O agronegócio brasileiro é produtivo, mas não suficientemente inteligente. Temos volume, mas carecemos de sistema.

Enquanto a China multiplica por cinco seus investimentos públicos em pesquisa agrícola desde o início do século, somando hoje mais que Estados Unidos e Brasil juntos, nossas instituições históricas, como Embrapa e Instituto Agrônomo de Campinas, sobrevivem com orçamentos restritos, defasagem de pessoal e pouca coordenação entre



si. O setor privado, embora vigoroso, pensa em safras, não em décadas. O governo, por sua vez, não coordena uma política nacional que una ciência, financiamento, mercado e território. Cada um faz o seu melhor, mas o resultado coletivo é disperso. Falta projeto.

A consequência é clara: exportamos *commodities* e importamos tecnologia. Criamos riqueza, mas não produzimos conhecimento suficiente para sustentá-la.

Somos o maior produtor agrícola do mundo tropical, mas não lideramos o debate global sobre segurança alimentar, biotecnologia e clima, que é o debate definidor deste século.

O bicentenário de Dom Pedro II, celebrado em 2025, permanece como um ponto de inflexão na história nacional. Mais do que uma data comemorativa, é um espelho do país que fomos e do que poderíamos ser. O Brasil precisa de uma política pública ativa que volte a colocar a pesquisa e a inteligência territorial no centro da estratégia nacional. Não se trata de saudosismo imperial, mas de um imperativo moderno. Sem integração entre ciência, agricultura, educação e sustentabilidade, não haverá protagonismo.

A Conferência do Clima de 2025, a COP30, sediada pelo Brasil, simbolizou a oportunidade de reposicionar o país no debate global sobre clima e alimentação. O desafio agora é transformar essa energia em programa permanente, com instituições fortalecidas, financiamento estável e coordenação nacional. O Brasil deve continuar a se apresentar ao mundo não apenas como celeiro verde, mas como laboratório vivo da agricultura do futuro, tropical, regenerativa, digital e socialmente inclusiva.

Duzentos anos depois, Dom Pedro II continua a ensinar que o poder mais duradouro de uma nação não está em suas riquezas naturais, mas em sua capacidade de gerar conhecimento e distribuir oportunidades. O Brasil do século vinte e um precisa resgatar esse espírito e pensar o futuro como quem governa o tempo.

Fonte: Junqueira, Gustavo Diniz. Revista Veja. 3 dez 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/cenario-global/o-brasil-que-dom-pedro-ii-sonhou-e-ainda-nao-construimos/> Acesso em: 07 de dezembro de 2025.

41) Com base na leitura do texto, assinale a alternativa **CORRETA** quanto a classificação do gênero textual e sua finalidade:

- A) O texto é uma notícia e possui a finalidade de informar o leitor quanto ao potencial agrícola brasileiro.
- B) O texto é um artigo cuja finalidade é expor o ponto de vista do autor sobre um tema atual e utilizar argumentos para convencer o leitor a concordar com sua tese.
- C) O texto é do gênero argumentativo, com a finalidade de persuadir o leitor, devido ao uso da primeira pessoa do singular, o que gera o efeito de objetividade.
- D) O texto pertence ao gênero injuntivo/instrucional, com a finalidade de convencer o leitor a cerca de uma tese e apresentar argumentos consistentes para sustentá-la.

42) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto a ideia principal apresentada no texto:

- A) A necessidade de um projeto de política nacional que articule ciência, tecnologia, financiamento, educação, agricultura e sustentabilidade para que a economia brasileira não dependa apenas da exportação de sua matéria-prima.
- B) A necessidade de o Brasil desenvolver uma política de financiamento no setor agrícola, importando tecnologia, de modo que una ciência, agricultura e sustentabilidade para aumentar suas exportações de matéria-prima.



C) Desenvolver tecnologia no ramo da sustentabilidade, para articular agricultura, educação e exportação, como meio de aumentar riquezas e gerar o mercado no setor agrícola, tão estagnado atualmente.

D) A preocupação em se repensar projetos de desenvolvimento tecnológico no setor agrícola, como meio de aumentar a exportação de commodities e unindo ciência, financiamento, mercado e território.

43) No excerto do primeiro parágrafo do texto: “Em 2 de dezembro de 1825 nascia Dom Pedro II, o imperador que fez do saber um projeto de Estado. Duzentos anos depois, o Brasil vive daquilo que ele intuiu”, as vírgulas estão sendo RESPECTIVAMENTE empregadas porque:

A) ambas isolam vocativos.

B) isolam adjuntos adverbiais de lugar.

C) isolam um aposto e um adjunto adverbial.

D) isolam orações adverbiais.

44) No fragmento do segundo parágrafo do texto “Dom Pedro II ... **estimulou** a imigração para povoar e modernizar o campo. **Defendia** a abolição da escravidão e acreditava que o progresso de uma nação dependia da educação e da ciência, não da retórica.”, os verbos destacados possuem, RESPECTIVAMENTE, os tempos e seus sentidos de:

A) pretérito imperfeito do indicativo, indica ação concluída no passado; futuro do pretérito do indicativo, com sentido de desejar algo.

B) pretérito perfeito do indicativo, indica ação concluída no passado; pretérito imperfeito do indicativo, indica frequência no passado.

C) pretérito imperfeito do indicativo, indica ação realizada e concluída no passado; pretérito imperfeito do subjuntivo, com ideia de suposição.

D) pretérito perfeito do indicativo, indica uma frequência no passado; pretérito imperfeito do indicativo, expressa ação concluída no passado.

45) No fragmento do terceiro parágrafo “Mas, paradoxalmente, continuamos pequenos **onde** deveríamos ser grandes: na pesquisa, na tecnologia e na visão estratégica de longo prazo.” a palavra em destaque estabelece coesão entre os elementos do texto e é classificada como:

A) Conjunção integrante, pois introduz oração subordinada substantiva.

B) Pronome interrogativo, uma vez que introduz um questionamento.

C) Preposição, porque liga orações contíguas.

D) Pronome relativo, porque antecipa uma informação apresentada em seguida.

46) No período composto do quarto parágrafo “Criamos riqueza, **mas** não produzimos conhecimento suficiente para sustentá-la...”, o conectivo **mas** introduz uma oração coordenada com sentido de:

A) Adição.



- B) Causa.
- C) Oposição.
- D) Explicação.

47) Na oração retirada do texto “Somos o maior produtor agrícola do mundo tropical”, o sujeito é classificado como:

- A) Indeterminado.
- B) Inexistente.
- C) Oculto.
- D) Composto.

48) Assinale a alternativa cuja palavra está **CORRETAMENTE** classificada quanto ao seu processo de formação:

- A) paradoxalmente: derivação sufixal.
- B) reposicionar: derivação imprópria.
- C) comemorativa: derivação prefixal.
- D) biotecnologia: derivação prefixal e sufixal.

49) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à regência verbal em conformidade com a norma culta:

- A) Prefiro suco de laranja do que refrigerante.
- B) A enfermeira assistiu ao paciente.
- C) Não paguei à dívida.
- D) Obedeço aos meus pais.

50) Assinale a alternativa em que todas as palavras estejam grafadas **CORRETAMENTE** de acordo com o Novo Acordo Ortográfico:

- A) Bilíngüe, abençoô.
- B) Müller, enjoô.
- C) Cinquenta, enjôo.
- D) Agüentar, vêem.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

51) Considerando todas as possíveis atribuições dos valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) às proposições p, q, r , em quantas delas a expressão a seguir é verdadeira?

$$(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r) \wedge (\neg r \rightarrow \neg p)$$

- A) 3
- B) 4
- C) 5
- D) 6



- 52) Um tanque vazio deve ser cheio com a ajuda de três bombas de água: A, B e C.
- Se A e B trabalham juntas, o tanque é cheio em 6 horas;
 - Se B e C trabalham juntas, o tanque é cheio em 8 horas;
 - Se A e C trabalham juntas, o tanque é cheio em 12 horas.

Se as três bombas trabalharem juntas, quanto tempo será gasto para encher o tanque?

- A) 2h30
- B) 4h40
- C) 3h00
- D) 5h20

53) O Município realiza a cobrança de um tributo anual com vencimento único. Durante o período de arrecadação, os valores recebidos por dia (em reais) podem ser aproximados pela seguinte função:

$$A(x) = -50000x^2 + 1\,000\,000x - 2\,000\,000$$

onde $A(x)$ representa o montante arrecadado no x -ésimo dia desde o início do período de cobrança (x inteiro e $x \geq 0$).

Um contribuinte efetuou o pagamento 1 dia após o dia de maior arrecadação. Qual o valor total arrecadado no dia em que ele pagou?

- A) R\$ 3.000.000,00
- B) R\$ 2.820.000,00
- C) R\$ 3.085.000,00
- D) R\$ 2.950.000,00

54) Um investidor aplicou R\$ 10.000,00 a juros simples durante 9 meses, à taxa de 2,5% ao mês. Após esse período, ele resgata o valor e aplica todo o montante imediatamente em outro investimento, agora em juros compostos, durante 3 meses, à taxa de 2,0% ao mês.

Qual o valor total aproximado de juros obtido nas duas operações?

- A) R\$ 2.645,10
- B) R\$ 2.730,85
- C) R\$ 2.999,80
- D) R\$ 3.165,12

55) Os valores (em mil R\$) de 10 serviços declarados por um contribuinte em um determinado período foram 18, 12, 25, 12, 37, 22, 12, 37, 15, 20. Com base nesses dados, considere as afirmações:

- I. A média aritmética é superior a R\$ 20 mil.
- II. A mediana é igual a R\$ 18,5 mil.
- III. A moda é igual a R\$ 37 mil.
- IV. A amplitude total é maior que R\$ 22 mil.



Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Apenas I e IV estão corretas.
- B) Apenas I, II e IV estão corretas.
- C) Apenas II, III e IV estão corretas.
- D) I, II, III e IV estão corretas.

INFORMÁTICA

56) Durante a elaboração colaborativa de um relatório no Microsoft Word 2019, um Auditor Fiscal precisa acompanhar todas as intervenções realizadas no documento, avaliando cada modificação antes da aprovação da versão final. Para isso, utiliza o recurso “Controlar Alterações”, que, quando ativado, permite:

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Registrar as alterações realizadas no documento, sem possibilitar sua visualização detalhada por outros usuários.
- B) Bloquear a edição do documento, restringindo o acesso por meio de senha.
- C) Salvar automaticamente o histórico de versões em formato PDF semanalmente.
- D) Identificar e gerenciar modificações no conteúdo, possibilitando ao revisor aceitá-las ou rejeitá-las individualmente.

57) No exercício de suas atribuições, um Auditor Fiscal utiliza o LibreOffice Writer para a elaboração de documentos textuais. Observa-se que o aplicativo adota um formato nativo para o armazenamento de arquivos. Considerando que, no momento do salvamento inicial, não seja realizada qualquer alteração manual no tipo de arquivo, o documento será gravado, por padrão, com a extensão. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) .docx
- B) .txt
- C) .odt
- D) .doc

58) No sistema operacional Windows 10, o Auditor Fiscal pode utilizar combinações de teclas previamente definidas para alternar entre programas em execução. Considerando as configurações originais do sistema, sem qualquer tipo de personalização, qual atalho de teclado permite alternar de forma imediata entre os aplicativos abertos na Área de Trabalho? Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Alt + Tab
- B) Alt + F4
- C) Windows + Tab
- D) Ctrl + Tab

59) Ao utilizar o Microsoft PowerPoint 2019 em suas atividades, um Auditor Fiscal realiza apresentações para sua equipe em ambiente que dispõe de dois monitores ou do uso de projetor. Durante a execução da apresentação, o software disponibiliza um modo



de exibição específico que auxilia o apresentador, permitindo o acesso às anotações do orador, ao acompanhamento do tempo e à visualização antecipada dos próximos slides, enquanto o público visualiza exclusivamente o slide em exibição. Esse recurso é denominado:

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Uma visualização destinada à organização estrutural dos slides por meio de títulos.
- B) Um modo de exibição que fornece ao apresentador acesso às anotações e à visualização antecipada dos slides, sem interferir no que é mostrado ao público.
- C) Um recurso responsável pela exportação da apresentação para formato de vídeo.
- D) Uma funcionalidade voltada à gravação de narração e controle de tempo da apresentação.

60) Nos sistemas operacionais Windows 10 e Windows 11, considerando as configurações originais do sistema e sem qualquer personalização realizada pelo usuário, estão disponíveis mecanismos nativos de autenticação que possibilitam o acesso ao computador por meio de reconhecimento facial, leitura de impressão digital ou utilização de PIN, reduzindo a necessidade do uso da senha convencional. Esse conjunto de funcionalidades é denominado:

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Windows Welcome.
- B) Windows Good Morning.
- C) Windows Hello.
- D) Microsoft Authenticator.